COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 3.021, DE 2004

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, destinando dois por cento da arrecadação das loterias e concursos de prognósticos ao Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

Autor: Deputado CARLOS NADER

Relator: Deputado PAULO PIMENTA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.021/04, de autoria do Nobre Deputado Carlos Nader, propõe a alteração do art. 2º, da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que criou o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), no sentido de que 2%(dois por cento) da arrecadação bruta das loterias e concursos de prognóstico, administrados pela Caixa Econômica Federal, sejam destinados ao FNSP.

Em sua justificção, o Autor assevera que um dos problemas que mais afligem a população brasileira é o da falta de segurança pública. Argumenta que:

“... os aspectos relacionados à sistemática e crônica falta de recursos humanos, materiais e financeiros, dentre outros óbices, impedem que os organismos policiais possam proporcionar melhor segurança à população brasileira, qualquer que seja a unidade federativa levada em consideração.”

Adiciona que “o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), a principal fonte de recursos para investimento na campo da segurança,

e que tem suas verbas rateadas pelas diversas unidades da Federação, também tem sofrido as contingências impostas pela conjuntura econômica.”

Dessa forma, propõe recolher 2% (dois por cento) da arrecadação bruta das loterias e concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal em favor do aludido fundo.

Por despacho da Mesa, datado de 16 de março de 2004, o Projeto de Lei nº 3.021/04 foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Esgotado o prazo regimental, a proposição não recebeu emendas nesta Comissão Permanente.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.021/04 foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por referir-se a tema previsto na alínea “g”, inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Concordamos com o breve diagnóstico realizado pelo nobre Autor acerca da penúria em que se encontram os órgãos de segurança pública para o cumprimento de suas missões constitucionais. No entanto, devemos ser parcimoniosos na tarefa de levantar novas fontes de recursos, ainda que para um fim tão meritório.

Se considerado isoladamente, 2% da arrecadação bruta não parece um percentual muito expressivo, em face aos 100% disponíveis. No entanto, é necessário lembrar que parte da receita de loterias e de jogos de prognóstico já vem sendo destinada aos mais variados fins, todos igualmente significativos. Como resultado dessa destinação, os prêmios pagos pela Caixa Econômica Federal vêm sofrendo uma drástica redução. Constitui-se em fator de muita importância considerar que a principal motivação para a pessoa que aposta é o prêmio a ser recebido. Essa escalada na redução dos prêmios pode conduzir a um desânimo por parte de quem adquire produtos de loterias, podendo

acarretar em um desinteresse na participação nesses concursos, levando a uma diminuição da receita bruta e, conseqüentemente, ao não atendimento de nenhuma das destinações já estabelecidas.

Além disso, é necessário lembrar que 3% da arrecadação bruta das loterias federais já é destinada ao Fundo Penitenciário Nacional, em conformidade com o art. 2º, da Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e que existem diversos projetos de lei (PL n.º 2.710/1992, PL n.º 2.517/1996, PL n.º 4.858/1998, PL n.º 540/1999, PL n.º 1.462/1999, PL n.º 2.436/2000, PL n.º 2.556/2000, entre outros), em tramitação, que, igualmente, pretendem destinar alguma parcela do arrecadado pelas loterias e jogos de prognóstico para fins meritórios.

Apesar de concordarmos com o Nobre Deputado Carlos Nader no sentido de que são necessários novos recursos e melhorias para a segurança pública, acreditamos que essa solução não virá da destinação de parte dos recursos da receita dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias realizados pelo Governo Federal.

Considerando os argumentos anteriormente expostos, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.021/04.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado PAULO PIMENTA
Relator